

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.

Por este instrumento particular,

I. Como emissora, CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Riachuelo, 243, 3º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.114.284/0001-63, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social ("Emissora"), e

II. Como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., sociedade por ações com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte"),

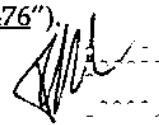
vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações, da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A. ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), de acordo com os seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 04 de junho de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**CLÁUSULA SEGUNDA
REQUISITOS**

2.1. Dispensa de registro na CVM. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita") e, portanto, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("ICVM 476").



2.2. Dispensa de registro na ANBIMA. A Emissão não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de Oferta Restrita.

2.3. Registro e publicação da AGE. A ata da AGE foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das S.A.

2.4. Registro da Escritura. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do inciso II do artigo 62 da Lei das S.A. A Emissora enviará uma via original registrada da Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário.

2.5. Registro para distribuição e negociação. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.5.1. Não obstante o descrito no item 2.5. acima, as Debêntures somente serão negociadas entre investidores qualificados, conforme definido na ICVM 476 (“Investidores Qualificados”) e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição e integralização por cada investidor, em observância ao artigo 13 da ICVM 476.

CLÁUSULA TERCEIRA CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Série. A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 40 (quarenta) debêntures com garantia real, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.4. Destinação de Recursos. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora para quitação integral das debêntures emitidas pela Emissora e subscritas por Casa & Vídeo Fundo de Investimento em Participações – Controle, bem como de outras dívidas da Emissora, além de reforço de capital de giro.

3.5. Número da Emissão. A presente Escritura representa a 2ª emissão de debêntures da Emissora.



3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador. O banco mandatário da Emissão e agente escriturador das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista 1111, 2º andar (parte), Cerqueira César, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001 80 ("Banco Mandatário" ou "Agente Escriturador", conforme o caso).

3.7. Limite Legal. A Emissão atende ao limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que o valor do capital social da Emissora nesta data é R\$ 216.000.000,00 (duzentos e dezesseis milhões de reais).

3.8. Divulgação da Emissão e Material Publicitário. Não haverá, para os fins da Emissão, utilização de prospecto ou qualquer material publicitário destinado à divulgação pública, além das Informações do Encerramento.

CLÁUSULA QUARTA CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da ICVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador").

4.1.1. Em observância ao disposto nos artigos 3º e 4º da ICVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, sendo que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.2. A colocação das Debêntures será realizada com a observância dos procedimentos da CETIP.

4.1.3. No ato de subscrição das Debêntures, que se dará mediante a assinatura do Boletim de Subscrição na forma do Anexo 4.1.3 da presente Escritura, os subscritores assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4.2. Data de Emissão das Debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de julho de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, conversibilidade e titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. As Debêntures não serão

convertíveis em ações de emissão da Emissora. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do Agente Escriiturador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos titulares de Debêntures, o que servirá de comprovante de titularidade das Debêntures.

4.5. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A.

4.6. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração descrita no item 4.9, incidente desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, por meio dos procedimentos do SDT.

4.7. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de julho de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

4.8. Amortização do Principal. A amortização das Debêntures ("Amortização") será mensal em 36 (trinta e seis) parcelas calculadas de acordo com os percentuais de amortização e cronograma descritos na tabela abaixo, acrescidas da Remuneração calculada de acordo com o item 4.9 abaixo ("Valor da Parcela Vincenda das Debêntures"), a serem pagas sempre no último dia útil do mês ("Data de Amortização das Debêntures"), mediante a transferência do Valor da Parcela Vincenda das Debêntures da conta de titularidade da Emissora aberta junto ao Banco Citibank S.A. sob o nº 26149028, na Agência nº 001, banco nº 745 ("Conta Reserva Debêntures") para conta de titularidade do Banco Mandatário na CETIP, conforme tabela abaixo:

<u>Data</u>	<u>Percentual de Amortização incidente sobre o Valor Nominal Unitário da Debênture</u>
Sexta-feira, 30/07/2010	2.7778%
Terça-feira, 31/08/2010	2.7778%
Quinta-feira, 30/09/2010	2.7778%
Sexta-feira, 29/10/2010	2.7778%
Terça-feira, 30/11/2010	2.7778%
Quinta-feira, 30/12/2010	2.7778%
Segunda-feira, 31/01/2011	2.7778%
Segunda-feira, 28/02/2011	2.7778%
Terça-feira, 31/03/2011	2.7778%
Sexta-feira, 29/04/2011	2.7778%
Terça-feira, 31/05/2011	2.7778%
Quinta-feira, 30/06/2011	2.7778%
Sexta-feira, 29/07/2011	2.7778%
Quarta-feira, 31/08/2011	2.7778%
Sexta-feira, 30/09/2011	2.7778%
Segunda-feira, 31/10/2011	2.7778%

Quarta-feira, 30/11/2011	2.7778%
Sexta-feira, 30/12/2011	2.7778%
Terça-feira, 31/01/2012	2.7778%
Quarta-feira, 29/02/2012	2.7778%
Sexta-feira, 30/03/2012	2.7778%
Segunda-feira, 30/04/2012	2.7778%
Quinta-feira, 31/05/2012	2.7778%
Sexta-feira, 29/06/2012	2.7778%
Terça-feira, 31/07/2012	2.7778%
Sexta-feira, 31/08/2012	2.7778%
Sexta-feira, 28/09/2012	2.7778%
Quarta-feira, 31/10/2012	2.7778%
Sexta-feira, 30/11/2012	2.7778%
Segunda-feira, 31/12/2012	2.7778%
Quinta-feira, 31/01/2013	2.7778%
Quinta-feira, 28/02/2013	2.7778%
Quinta-feira, 28/03/2013	2.7778%
Terça-feira, 30/04/2013	2.7778%
Sexta-feira, 31/05/2013	2.7778%
Sexta-feira, 02/07/2013	2.7770%
	100.0000%

4.8.1. Retenção da Reserva de Liquidez. Para os fins do disposto na Cláusula 4.8 acima, a partir do 30º (trigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização das Debêntures, serão retidos recursos na Conta Reserva Debêntures até que se perfaça o Valor da Parcela Vincenda das Debêntures imediatamente subsequente (a "Reserva de Liquidez"), sendo bloqueadas quaisquer transferências da Conta Reserva Debêntures até que tal condição seja atendida ("Período de Bloqueio").

4.8.2. Caso a Reserva de Liquidez não seja constituída até o 10º dia anterior a cada Data de Amortização das Debêntures, o que será objeto de comunicação pelo Banco Citibank S.A., na qualidade de banco depositário, à Emissora após o final do expediente bancário da mesma data, a Emissora deverá, até o 8º dia anterior a cada Data de Amortização das Debêntures, depositar na Conta Reserva Debêntures o montante necessário para perfazer o Valor da Parcela Vincenda das Debêntures, sob pena de decretação do vencimento antecipado das Debêntures.

4.8.3. Uma vez constituída a Reserva de Liquidez, desde que (i) a Emissora encontre-se adimplente em relação ao cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures e (ii) seja observado o Valor da Garantia das Debêntures, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Creditórios e Outras Avenças e no Contrato de Compartilhamento de Conta Vinculada, serão liberadas as transferências de recursos para conta de livre movimentação da Emissora até o início do Período de Bloqueio do mês imediatamente subsequente.

4.9. Remuneração. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à Remuneração de 25,3401% ao ano, calculada em regime de capitalização composta de forma *pro-rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a qual será paga mensalmente ao final de cada Período de Capitalização, conforme cronograma definido no item 4.8, e calculada de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J Valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Taxa taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da remuneração imediatamente anterior e a data do cálculo.

4.9.1. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo (i) que se inicia na Data de Emissão e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) que se inicia na data de vencimento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, no caso dos demais Períodos de Capitalização. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.2. Caso a Emissora, com base nos balanços trimestrais com revisão limitada da auditoria anteriores à data do primeiro aniversário das Debêntures, atinja os indicadores financeiros indicados nesta Cláusula 4.9.2 cumulativamente, a Remuneração a que farão jus as Debêntures nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes à data do seu primeiro aniversário será reduzida para 21,6994% ao ano:

- a) liquidez seca (razão do ativo circulante subtraído do total de estoque, sobre o passivo circulante) superior a 1,1x ou liquidez corrente superior a 2,0x;
- b) nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do balanço, as vendas brutas da Emissora superarem R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); e

- c) margem EBITDA superior a 5,0% da receita líquida, considerando EBITDA ajustado excluindo os seguintes desembolsos: custos com implantação do SAP, custos com consultoria de marketing e com consultorias de planejamento estratégico, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) agregado, no ano de 2010.

4.9.2.1. Caso a Emissora não atinja os indicadores financeiros previstos na Cláusula 4.9.2 acima, a remuneração a que farão jus as Debêntures nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes à data do seu primeiro aniversário será a mesma dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do seu primeiro aniversário.

4.9.3. Caso a Emissora, com base nos balanços trimestrais com revisão limitada da auditoria anteriores à data do segundo aniversário das Debêntures, atinja os indicadores financeiros indicados nesta Cláusula 4.9.2 cumulativamente, a Remuneração a que farão jus as Debêntures nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes à data do seu segundo aniversário será reduzida para 18,1559% ao ano:

- a) liquidez seca (razão do ativo circulante subtraído do total de estoque, sobre o passivo circulante) superior a 1,1 ou liquidez corrente superior a 2,0x;
- b) nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do balanço, as vendas brutas da Emissora superarem a R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) por ano; e
- c) margem EBITDA superior a 6,0% da receita líquida, considerando EBITDA ajustado excluindo os seguintes desembolsos: custos com implantação do SAP, custos com consultoria de marketing e com consultorias de planejamento estratégico, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) agregado, no ano de 2011.

4.9.3.1. Caso a Emissora não atinja os indicadores financeiros previstos na Cláusula 4.9.3 acima, a remuneração a que farão jus as Debêntures nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes à data do seu segundo aniversário será a mesma dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do seu segundo aniversário.

4.9.4. A Emissora deverá comunicar a CETIP imediatamente e por escrito caso haja alteração da Remuneração nos termos das Cláusulas 4.9.2 e 4.9.3 acima.

4.9.5. Caso haja alteração da Remuneração nos termos das Cláusulas 4.9.2 e 4.9.3 acima, a Emissora deverá recalcular o Valor das Parcelas Vincendas das Debêntures aplicando-se a nova taxa de Remuneração a partir do dia imediatamente subsequente à data do primeiro aniversário das Debêntures, no caso da Cláusula 4.9.2, ou a partir do dia imediatamente subsequente à data do segundo aniversário das Debêntures, no caso da Cláusula 4.9.3., devendo enviar ao Agente Fiduciário e ao Banco Mandatário a nova planilha de cálculo do Valor das Parcelas Vincendas das Debêntures em até 2 (dois) dias contados da data do primeiro ou segundo aniversário das Debêntures, conforme o caso.

4.10. Resgate Antecipado Voluntário. A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, nos termos da legislação aplicável, mediante a publicação de "Aviso aos Debenturistas" com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data efetiva do resgate ("Resgate Antecipado"), contendo a data e o procedimento de resgate.

4.10.1. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das S.A.

4.10.2. O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento de taxa fixa calculada em regime de capitalização composta de forma *pro-rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor antecipado, que variará em função do período em que for realizado o Resgate Antecipado, conforme tabela abaixo:

Período	Taxa
0 - 06 meses	5%
06 - 12 meses	4,5%
12 - 18 meses	4%
18 - 24 meses	3,5%
24 - 36 meses	3%

4.10.3. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.10.4. Fica definido que qualquer que seja o critério acima, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.10.5. A CETIP deverá ser comunicada sobre a realização de Resgate Antecipado com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

4.11. Vencimento Antecipado. Observado o disposto nos itens 4.11.2 a 4.11.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou

notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- a) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- b) Não constituição plena das garantias nos termos dos itens 5.2 e 5.3 desta Escritura, ou ocorrência de qualquer fato ou evento que torne inábeis ou inexecutíveis as garantias, inclusive a desconstituição da trava de domicílio bancário necessária à operacionalização da garantia de que trata a Cláusula 5.1 (a) abaixo;
- c) Liquidação, dissolução, fusão, cisão total ou parcial, pedido de autofalência ou decretação de falência da Emissora ou, ainda, qualquer outra reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto em caso de consentimento prévio por escrito dos titulares das Debêntures, observado o quorum previsto na Cláusula 8.5 abaixo;
- d) Caso, no prazo de 6 (seis) meses após a Data de Emissão, não sejam apresentadas demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, devidamente auditadas e atualizadas;
- e) a Emissora não mantenha índice de dívida líquida mensal sobre o EBITDA igual ou inferior a 2x, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2010 e a Data de Vencimento das Debêntures. Para apuração do índice de endividamento, deverá ser considerado o valor presente do total do endividamento bancário e financeiro consolidado de curto e longo prazo dividido pelo EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, excluindo-se o endividamento decorrente da recuperação judicial, operações de desconto de recebíveis performados ou operação que tenha o mesmo efeito, bem como prazos de pagamento concedidos por fornecedores;
- f) a Emissora não mantenha mercadorias em estoques localizados em seu centro de distribuição equivalentes a, no mínimo, R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) durante todo o período de vigência das Debêntures. Para fins de estipulação da garantia, os estoques serão avaliados pelo custo de aquisição, incluindo tributos, pela Emissora, e monitorado em bases diárias pelo agente de garantia, Control Union Warrants Ltda., nos termos do Contrato de Penhor Mercantil de Estoque e Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento de Estoques ("Contrato de Monitoramento de Estoque");
- g) distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora acima do limite obrigatório (25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado) sem a autorização prévia de titulares de Debêntures, observado o quorum de que trata a Cláusula 8.5 abaixo, enquanto devida qualquer parcela da dívida decorrente das Debêntures;
- h) realização de qualquer alteração nas práticas contábeis de qualquer sociedade integrante do grupo econômico da Emissora, com exceção daquelas requeridas por força de alteração nas práticas contábeis nacionais, exigência de autoridades ou recomendação de seus auditores independentes;
- i) venda de ativos fixos ou permanentes que, conjunta ou individualmente, representem valor superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais);
- j) concessão de novos empréstimos a coligadas, controladoras ou controladas, ressalvados aqueles visando à transferência de recursos: (I) para a Casa & Vídeo Holding S.A. para fins

de pagamento de financiamento de suporte, dívida concursal, despesas SAP, tributos e outras despesas operacionais limitadas, estas outras despesas operacionais, a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês; (II) para a CV Promotora de Negócios de Crédito e Serviços Ltda., para fins de realização de investimentos, limitado a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) durante todo o prazo de vigência das Debêntures; e (III) para a Paraibuna Participações Ltda. – em Recuperação Judicial, para fins de pagamento de tributos, aluguéis e despesas operacionais limitadas estas despesas operacionais a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês;

- k) realização de investimentos estranhos ao objeto social da Emissora e fora do curso normal de seus negócios;
- l) quaisquer alterações no controle societário direto e/ou indireto da Emissora, exceto em caso de consentimento prévio por escrito dos titulares das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 8.5 abaixo;
- m) caso a Emissora peticione pedido de recuperação judicial ou promova a recuperação extrajudicial; ou requeira sua falência ou a tenha requerida por terceiros, sendo que neste último caso o pedido de falência não tenha sido elidido dentro dos prazos legais, ou, ainda, tenha-se iniciado qualquer outro procedimento criado pela lei, similar aqueles aqui descritos e não elididos dentro dos prazos legais;
- n) redução do capital social da Emissora, exceto em caso de consentimento prévio por escrito dos titulares das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 8.5 abaixo;
- o) se as obrigações de pagamento da Emissora decorrentes das Debêntures deixarem de ser classificadas e equiparadas, pelo menos, *pari passu* com as outras dívidas da Emissora, conforme previsto na legislação aplicável;
- p) alteração do objeto social da Emissora, sem o consentimento prévio por escrito dos titulares das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 8.5;
- q) se for verificada a inveracidade de qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura e não sejam adotadas todas as providências para mantê-las válidas e eficazes;
- r) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, especialmente aquelas previstas na Cláusula Sexta, nos instrumentos de garantia de que trata a Cláusula Quinta abaixo e nos demais contratos acessórios relacionados às Debêntures e suas garantias, exceto quando renunciadas pelos titulares de Debêntures, observado o quorum de que trata a Cláusula 8.5.1 abaixo;
- s) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de sua ocorrência;
- t) inadimplemento de obrigação de pagar por parte da Emissora cujo valor, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou, em valor inferior a este montante caso o inadimplemento possa afetar o cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures, salvo quando tal inadimplemento for objeto de questionamento administrativo ou judicial pela Emissora;
- u) o descumprimento pela Emissora de qualquer decisão judicial transitada em julgado, que possa resultar em um efeito adverso relevante na validade e exequibilidade das Debêntures;

ou nos direitos dos titulares de Debêntures, no razoável julgamento dos titulares de Debêntures;

- v) o não cumprimento da legislação e regulamentação brasileiras em vigor aplicáveis à Emissora, especialmente trabalhistas, ambientais, fiscais e de defesa da concorrência, não sanada em 30 (trinta) dias úteis após notificada a Emissora, conforme o caso, e que possa, a critério dos Debenturistas, afetar o cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures; e
- w) a não manutenção de propriedade e cobertura de seguros pela Emissora relativas ao centro de distribuição onde está localizado o estoque objeto de garantia e a todos os pontos comerciais da Emissora.

4.11.1. Para os fins desta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) a data em que ocorrer qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a) a (q) da Cláusula 4.11 acima, em que o Agente Fiduciário declarará automaticamente o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer notificação nesse sentido; ou (ii) na hipótese dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (r) a (w) da Cláusula 4.11 acima, na data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a declaração de vencimento antecipado das Debêntures com observância do quorum previsto na Cláusula 8.5, o que será comunicado pelo Agente Fiduciário à Emissora em até 2 (dois) dias úteis.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.11 acima, exceto aqueles previstos nas alíneas "a" a "q", o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a sua ocorrência ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas que deliberará sobre a eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.11.2 acima, debenturistas representando 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação aprove a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da respectiva Remuneração, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento.

4.11.4. Em caso de declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures pelo Agente Fiduciário ou na hipótese da Cláusula 4.11.3 acima, o Agente Fiduciário utilizará os recursos depositados na Conta Reserva Debêntures, na medida em que forem depositados, para amortizar, até o limite do Valor Mínimo da Garantia, as obrigações decorrentes das Debêntures vencidas antecipadamente, inclusive encargos moratórios calculados *pro rata temporis* desde a data de ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado até a data de seu efetivo pagamento.

4.11.5. Não havendo saldo suficiente na Conta Reserva Debêntures, ou se por qualquer outro motivo não for possível a quitação na forma prevista na Cláusula 4.11.4 acima, a Emissora

deverá pagar a diferença ou o valor integral da dívida decorrente das Debêntures em até 1 (um) dia útil após a respectiva data de vencimento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

4.11.6. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário, até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento de cada trimestre, uma Declaração de Conformidade na forma do Anexo 4.11.6 desta Escritura, devidamente assinada por seu administrador e acompanhada de cópia do respectivo balanço trimestral, atestando o cumprimento das condições financeiras estabelecidas na Cláusula 4.11 acima.

4.12. Multa e Juros Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento por parte da Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, inclusive em razão de insuficiência de recursos na Conta Reserva Debêntures, os débitos em atraso, inclusive relativos à Remuneração aplicável, vencidos e não pagos, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 5,00% (cinco por cento) e juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.13. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pelo Banco Mandatário por meio da CETIP.

4.14. Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.15. Prorrogação de Prazos. Serão automaticamente prorrogados os prazos de pagamento até o primeiro dia útil subsequente quando o respectivo vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.16. Publicidade. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações previstas na Lei das S.A.

4.17. Imunidade/Isenção dos Debenturistas. Caso qualquer titular de Debêntures goze de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência de qualquer pagamento, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.18. Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.19. Aditamento à Presente Escritura de Emissão. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCERJA. A Emissora enviará uma via original registrada dos aditamentos a esta Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário.

CLÁUSULA QUINTA GARANTIAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Para garantir o fiel e pontual pagamento de todo e qualquer valor relativo às Debêntures devido pela Emissora aos titulares de Debêntures, inclusive a Remuneração aplicável e eventuais encargos moratórios, nos termos desta Escritura, a Emissora constituirá as seguintes garantias:

- (a) Cessão Fiduciária de parte dos recebíveis de cartão de crédito que já constem do sistema "contas a pagar" da Redecard, conforme o Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos ao Sistema Redecard, celebrado pela Emissora e a Redecard S.A. em 18 de junho de 2010, bem como dos direitos creditórios da Emissora relativos à conta de sua titularidade aberta junto ao Banco Citibank S.A. sob o nº 26149010, na agência nº 001, banco 745 ("Conta Arrecadadora") e à Conta Reserva Debêntures, ambos somente até o montante necessário para que, de forma agregada, perfaçam, a qualquer tempo, o montante equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures;
- (b) Penhor da totalidade do estoque localizado no atual centro de distribuição da Emissora, com estrutura de monitoramento a ser gerenciada por Control Union Warrants Ltda., nos termos do Contrato de Monitoramento de Estoque, contemplando mercadorias equivalentes a, no mínimo, R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) durante todo o período de vigência das Debêntures; e
- (c) Alienação Fiduciária de cotas classe A do fundo Casa & Vídeo Fundo de Investimento em Participação – Controle detidas por Fabio Soares de Miranda Carvalho.

5.2. Os instrumentos de garantia descritos nas alíneas (a) e (c) do item 5.1 acima serão objeto de registro nos cartórios de registro de títulos e documentos das sedes das partes na forma prevista na Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, até a Data de Emissão, conforme previsto no artigo 62, inciso III, da Lei 6404/76. No prazo de 2 (dois) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original de cada instrumento de garantia devidamente registrado.

5.3. Tendo em vista que o valor das garantias de que tratam as alíneas (a) e (c) do item 5.1 acima é superior ao valor da Emissão, conforme cálculo demonstrado abaixo, o instrumento de garantia de que trata a alínea (b) do item 5.1 acima, celebrado na Data de Emissão, será registrado no cartório de registro de imóveis competente, na forma prevista na Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão. No prazo de 2 (dois) dias úteis após tal registro

a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original de tal instrumento de garantia devidamente registrado.

	R\$
Valor dos Recebíveis Cedidos Fiduciariamente ("R")	30.000.000,00
Valor das Cotas Alienadas Fiduciariamente ("C")	19.501.865,60
Valor Total dos Bens (R + C)	49.501.865,60

5.4. Caso haja divergência entre os termos desta Cláusula Quinta e as disposições dos instrumentos de garantia de que tratam a Cláusula 5.1, prevalecerá o disposto nestes últimos.

5.5. Ocorrendo o vencimento de qualquer das obrigações da Emissora pactuadas nesta Escritura, quer seja na data do efetivo vencimento, quer seja antecipadamente, e desde que tais obrigações não tenham sido efetiva e integralmente adimplidas pela Emissora, fica desde já o Agente Fiduciário autorizado pela Emissora, de forma irrevogável e irretratável, na forma do art. 684 do Código Civil, a promover a excussão das garantias reais mencionadas na Cláusula 5.1 acima, no todo ou em parte, independentemente de qualquer ordem de prioridade, judicial ou extrajudicialmente (venda amigável), independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade, na forma desta Escritura e do inciso IV do artigo 1.433 do Código Civil, e respeitadas as disposições previstas nos respectivos instrumentos de garantia, mediante prévia aprovação pela Assembleia dos Debenturistas, quando aplicável, a fim de garantir o cumprimento de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura, sendo a Emissora responsável por todas as despesas decorrentes da excussão das garantias.

CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Adicionalmente às obrigações previstas nas demais Cláusulas desta Escritura, a Emissora se compromete a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre:
 - cópia de seu balancete trimestral com revisão limitada da auditoria;
 - declaração assinada por seu Diretor-Presidente quanto ao cumprimento do índice de dívida líquida mensal sobre o EBITDA consolidado e de suas subsidiárias operacionais;
 - apuração de seu endividamento financeiro e de suas subsidiárias operacionais;
- (ii) No prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada semestre, cópia de suas demonstrações de resultado;
- (iii) No prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre, (a) cópia do balanço semestral auditado; e (b) declaração de Diretor da Emissora atestando o

- cumprimento das disposições desta Escritura; e (c) valor atualizado das cotas alienadas fiduciariamente em garantia com data base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior;
- (iv) Em até 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este cumpra as suas obrigações nos termos desta Escritura;
 - (v) Avisos aos debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data em que forem (ou devessem) ser publicados ou da data em que forem realizados;
 - (vi) Informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do descumprimento;
- (b) Apresentar, no prazo de 6 (seis) meses após a Data de Emissão, demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, devidamente auditadas e atualizadas;
 - (c) Manter índice de dívida líquida mensal sobre o EBITDA igual ou inferior a 2x, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2010 e a Data de Vencimento das Debêntures. Para apuração do índice de endividamento, deverá ser considerado o valor presente do total do endividamento bancário e financeiro consolidado de curto e longo prazo dividido pelo EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, excluindo-se o endividamento decorrente da recuperação judicial, operações de desconto de recebíveis performados ou operação que tenha o mesmo efeito, bem como prazos de pagamento concedidos por fornecedores;
 - (d) Manter mercadorias em estoques localizados em seu centro de distribuição equivalentes a, no mínimo, R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) durante todo o período de vigência das Debêntures. Para fins de estipulação da garantia, os estoques serão avaliados pelo custo de aquisição, incluindo tributos, pela Emissora, e monitorado em bases diárias pelo agente de garantia, Control Union Warrants Ltda., nos termos do Contrato de Monitoramento de Estoque;
 - (e) Adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações da Emissora de que trata a Cláusula Nona desta Escritura;
 - (f) Não realizar distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do limite obrigatório (25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado) sem a autorização prévia dos titulares de Debêntures, observado o quorum de que trata a Cláusula 8.5 abaixo;
 - (g) Não realizar qualquer alteração nas práticas contábeis ou de qualquer sociedade integrante de seu grupo econômico, com exceção daquelas requeridas por força de alteração nas práticas contábeis nacionais, exigência de autoridades ou recomendação de seus auditores independentes;
 - (h) Não vender ativos fixos ou permanentes que, conjunta ou individualmente, representem valor superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais);
 - (i) Não conceder novos empréstimos a coligadas, controladoras e controladas, ressalvados aqueles visando à transferência de recursos: (I) para a Casa & Video Holding S.A. para fins de pagamento de financiamento de suporte, dívida concursal, despesas SAF, tributos e outras despesas operacionais limitadas, estas outras despesas operacionais, a R\$ 150.000,00

(cento e cinquenta mil reais) por mês; (II) para a CV Promotora de Negócios de Crédito e Serviços Ltda., para fins de realização de investimentos, limitado a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) durante todo o prazo de vigência das Debêntures; e (III) para a Paraibuna Participações Ltda. – em Recuperação Judicial, para fins de pagamento de tributos, aluguéis e despesas operacionais limitadas estas despesas operacionais a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês;

- (j) Não realizar investimentos estranhos ao seu objeto social e fora do curso normal de seus negócios;
- (k) Constituir as garantias de que trata a Cláusula Quinta acima nos prazos previstos nos itens 5.2 e 5.3 acima e nos respectivos instrumentos;
- (l) Convocar, nos termos da Cláusula Oitava, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (m) Informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (n) Não realizar operações não contempladas por seu objeto social;
- (o) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (p) Não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (q) Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (r) Manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;
- (s) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;
- (t) Cumprir pontual e integralmente as disposições dos instrumentos de garantia de que trata a Cláusula Quinta acima;
- (u) Efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (v) Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;
- (w) Cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da ICVM 476.

6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser

previamente aprovadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais das ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representantes dos titulares de Debêntures.

6.3. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se, nos termos da ICVM 476:

- (a) Preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras editadas pela CVM;
- (b) Submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) Manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) Observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("ICVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "fato relevante", conforme definido no artigo 2º da ICVM 358 e comunicar a ocorrência de tal fato imediatamente ao Banco BTG Pactual S.A., instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita;
- (g) Fornecer todas as informações e documentos solicitados pela CVM ou pela CETIP.

CLÁUSULA SÉTIMA AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão Oliveira Trust DTVM S.A., acima qualificada, que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei que:

- (a) Aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na Lei das S.A. e nesta Escritura;
- (b) Conhece e aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) Está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido atendidos todos os requisitos legais e estatutários para tanto;
- (d) A celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) Não tem qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei das S.A.;

- (f) Não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
- (g) Não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) Está ciente das disposições da Circular nº 1.823 do Banco Central, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) Verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá as suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até a sua efetiva substituição.

7.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a seguinte remuneração:

(a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário para a emissão, parcela de implantação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) devida integralmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura da Escritura de Emissão; e

(b) a título de remuneração pela prestação do serviço de Agente Fiduciário, parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devida a primeira 10 (dez) dias úteis após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

7.4.1. A remuneração do Agente Fiduciário prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora.

7.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas, pela Emissora ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado (i) à execução das garantias, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) à implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.4.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

7.4.4. Os honorários acima serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

7.4.5. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas da Emissora após prévia aprovação. Não estão incluídas, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora nas obrigações das Debêntures.

7.4.6. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão de Debêntures, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora; e

7.4.7. As parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.

7.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.4.9. Respeitados os termos do Contrato de Prestação de Serviços de Conta Controlada celebrado pela Emissora com o Banco Citibank S.A., na qualidade de Banco Depositário, os pagamentos devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula 2.4, bem como aos demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão nos termos acordados nos respectivos contratos, serão efetuados com recursos debitados diretamente da Conta Reserva Debêntures, devendo o Agente Fiduciário e os demais prestadores de serviço, para tal fim,

(i) informar ao Banco Citibank S.A., no primeiro dia útil de cada mês, o valor da remuneração que lhe é devida no respectivo mês e (ii) encaminhar à Emissora a via original da respectiva nota fiscal em até 2 (dois) dias úteis após a data de vencimento do pagamento.

7.5. Além de outras obrigações previstas em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamento na JUCERJA, bem como o registro dos instrumentos de garantia, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários para referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação de informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, varas da justiça federal e da procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exercer suas atividades;
- (h) solicitar, quando entender necessário, auditoria extraordinária da Emissora;
- (i) Convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos jornais de publicação da Emissora;
- (j) Comparecer às Assembléias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) Elaborar relatórios aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter ao menos as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigações prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com foco em indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação de recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (l) Disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano nos seguintes locais: sede da Emissora, sede do Agente Fiduciário, CVM, CETIP e Coordenador;
- (m) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora efetua suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) Manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) Fiscalizar o cumprimento desta Escritura; e
- (p) Notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura;

7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as disposições desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar, independentemente de qualquer autorização específica ou de ordem de prioridade, as garantias das Debêntures, podendo utilizar-se de quaisquer medidas necessárias para resguardar os direitos dos titulares das Debêntures, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional das Debêntures, conforme dispuser cada instrumento de garantia;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

7.6.1. O Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.6 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

- 7.7. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, a Emissora e os Debenturistas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, decidirão sobre a escolha do novo agente fiduciário.
- 7.8. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 7.9. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de subscrição das Debêntures, proceder justificadamente à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto.
- 7.10. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o agente fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.
- 7.11. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à prévia comunicação à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 7.12. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado na JUCERJA.

CLÁUSULA OITAVA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 8.1. Periodicidade. Os detentores das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia de Debenturistas").
- 8.2. Convocação. A Assembleia de Debenturistas pode ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 8.2.1. Na hipótese de a Assembleia de Debenturistas não ter sido convocada pela Emissora, esta deverá ser convidada a comparecer e prestar aos titulares das Debêntures as informações que sejam pertinentes para melhor instrução da Assembleia de Debenturistas.
- 8.3. Lei aplicável. Aplicar-se-á à Assembleia de Debenturistas, o disposto na Lei das S.A., e, ainda, no que couber, o que essa lei dispõe sobre a assembleia geral de acionistas.

8.4. Quorum de instalação. A Assembleia de Debenturistas será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Quorum de deliberação. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatários, titulares das Debêntures ou não.

8.5.1. Nas hipóteses de vencimento antecipado não automático de que tratam as alíneas (r) a (w) da Cláusula 4.11 acima, a decretação de vencimento antecipado dependerá de aprovação de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação.

8.5.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, bem como às demais matérias de que trata a Cláusula 7.7, dependerá de aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.5.3. Ressalvadas as disposições especiais previstas nas Cláusulas 8.5.1 e 8.5.2 acima, em todos os demais casos previstos nesta Escritura as deliberações da Assembleia de Debenturistas serão sempre tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação.

8.5.4. Em qualquer deliberação, não serão computados votos de detentores de Debêntures que não se encontrem integralizadas na data da Assembleia Geral de Debenturistas.

8.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se referem as Cláusulas 8.4 e 8.5 acima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas emitidas pela Emissora que ainda não tenham sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas, ainda, aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

CLÁUSULA NONA DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1. A Emissora neste ato declara que:

(a) é sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



- (c) todas as autorizações societárias e governamentais necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não violam (i) qualquer contrato, documento ou instrumento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) está em dia no cumprimento de suas obrigações assumidas em todos e quaisquer contratos necessários à continuidade de seus negócios;
- (f) esta Escritura constitui uma obrigação exequível, válida e eficaz, e as obrigações aqui assumidas pela Emissora são obrigações válidas, exigíveis e exequíveis de acordo com seus termos, não tendo a Emissora conhecimento da existência de nenhum fundamento legal que possa afetar a legalidade, exigibilidade e exequibilidade destas obrigações;
- (g) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o proponente, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (h) todas as autorizações, permissões e contratos, de qualquer natureza, necessários ao bom e fiel cumprimento, pela Emissora, do seu objeto social são válidos e estão em pleno vigor, não existindo (i) nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o proponente, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar, as referidas autorizações, permissões, concessões e contratos; ou (ii) qualquer fundamento legal que, no conhecimento da Emissora, possa resultar na anulação, alteração, invalidação, questionamento ou de qualquer forma afetar as referidas autorizações, permissões e contratos;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 refletem fielmente sua situação econômica, financeira e patrimonial naquelas datas, não tendo sofrido, até esta data, qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa o cumprimento das suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) a Emissora está em dia no pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária, inclusive no que se refere ao recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Participação PIS/PASEP e ao Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estão sendo legalmente questionadas de boa-fé pela Emissora nas esferas administrativas e/ou judiciais competentes, com razoáveis fundamentos de direito;
- (k) não há, nesta data, quaisquer ônus ou gravames que recaiam sobre bens, direitos e ativos de qualquer natureza da Emissora que possam comprometer seu estado de solvência ou sua capacidade de cumprir as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (l) não há qualquer relação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções; e

(m) cumprirá todas as obrigações assumidas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos na Cláusula 3.4 acima.

CLÁUSULA DÉCIMA NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

10.1. Comunicações e Notificações. Todos os avisos, notificações, exigências, solicitações, consentimentos, aprovações, declarações ou outras comunicações previstas nesta Escritura serão efetuadas por escrito e serão consideradas como efetivadas: (i) quando entregues em mãos ou através de entregador privado, mediante recibo; (ii) quando enviadas por fax, com confirmação de transmissão (o envio por fax deve ser seguido de envio dos originais por quaisquer dos outros meios permitidos nesta Cláusula 10.1, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas); ou (iii) 05 (cinco) dias após depositados no correio, através de carta registrada ou certificada, com aviso de recebimento. Qualquer comunicação por meio eletrônico (e-mail) só será considerada recebida quando confirmada pelo seu destinatário:

Para a Emissora:

CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
Rua do Riachuelo, 243, 3º andar, Centro
Rio de Janeiro/ RJ
CEP: 20230-011
At.: Sr. Fabio Soares de Miranda Carvalho
Tel: (21) 2508-1812
Fax: (21) 2508-1936
E-mail: fcarvalho@casaevideo.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205 - Barra da Tijuca Rio de Janeiro/ RJ
CEP: 22640-100
At.: Sr. Gustavo Dezouart Teixeira Pinto
Tel: (21) 3514-0043
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: Agente@oliveiratrust.com.br e Gustavo@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO CITIBANK S.A.
Av. Paulista 1111, 2º andar (parte), Cerqueira César

São Paulo/ SP

CEP: 01311-200

At.: Sra. Darci Tomadon, Sra. Elizabeth Miolo, Sr. Roberto Oliveira

Tel: (11) 4009-7173

Fax: (11) 2122-2057

E-mail: Darci.tomadon@citi.com; Elizabeth.miolo@citi.com e Roberto.oliveira@citi.com

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Efeito Vinculante. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e por seus herdeiros, sucessores e cessionários autorizados a qualquer título. As obrigações contidas nesta Escritura não serão afetadas nas hipóteses de falência, reorganização, insolvência, morte, incapacidade de qualquer pessoa relacionada à Emissora ou ao Agente Fiduciário.
- 11.2. Renúncia. A renúncia de qualquer uma das Partes, relativamente a qualquer dos direitos atribuídos nos termos desta Escritura terá efeito somente se manifestada por escrito. Nenhuma tolerância, atraso ou indulgência de qualquer das Partes em fazer ou cumprir qualquer dispositivo impedirá ou restringirá tal Parte de exercer tais direitos ou quaisquer outros no momento que julgar oportuno, tampouco constitui novação ou renúncia da respectiva obrigação.
- 11.3. Alteração. Esta Escritura não poderá ser alterada ou modificada em qualquer de suas cláusulas, condições ou disposições, a não ser mediante prévio e comum acordo, por escrito, entre as Partes.
- 11.4. Autonomia das Disposições. Na hipótese de qualquer disposição desta Escritura ser considerada inválida ou inexecutível, a validade, legalidade e exequibilidade das demais disposições aqui contidas não serão afetadas, permanecendo estas em pleno vigor. Mediante a determinação de que qualquer termo ou outra disposição seja inválida, ilegal ou impossível de ser aplicada, as Partes negociarão em boa fé para modificar esta Escritura de modo a atingir tanto quanto possível o objetivo original.
- 11.5. Despesas. Todas as despesas relativas aos registros para a boa formalização desta Escritura serão arcadas pela Emissora.
- 11.6. Outros Documentos ou Atos. Além dos documentos ou atos expressamente mencionados nesta Escritura, as Partes comprometem-se em assinar todos os documentos e a realizar todos os demais atos para o bom e fiel cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura.
- 11.7. Lei de regência. A presente Escritura será interpretada e regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
SOLUÇÃO DE CONFLITOS

12.1. As Partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada à presente Escritura, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação da presente Escritura ("Controvérsia").

12.2. As Partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá à Câmara. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade do Rio de Janeiro, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. As partes resolvem, de comum acordo que, para dirimir litígios, a Câmara deverá adotar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, utilizará o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas, prevalecerá o previsto nesta Escritura.

12.3. A Parte interessada em iniciar o procedimento de arbitragem notificará a Câmara sobre sua intenção de começar um procedimento de arbitragem e, ao mesmo tempo, notificará também a outra parte, sujeito às normas da Câmara.

12.4. A recusa, por qualquer das partes, em celebrar o compromisso de arbitragem e/ou em estar vinculado pela decisão proferida na sentença de arbitragem, será considerada uma violação às obrigações assumidas segundo esta Escritura, e poderá dar origem a indenização, mediante as consequências aplicáveis.

12.5. A sentença da arbitragem será pronunciada após a conclusão do procedimento, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, segundo os requisitos da Lei Nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem Brasileira"). Exceto conforme previsto na lei acima mencionada, nenhum recurso será interposto contra a sentença de arbitragem, a qual terá, para as partes, o valor de uma decisão final e inapelável.

12.6. Não obstante as disposições estabelecidas acima, as partes não estão impedidas de buscar medidas cautelares em qualquer foro (ou qualquer outro remédio legal que não possa ser obtido segundo a Lei de Arbitragem Brasileira, incluindo, entre outras, a proteção específica fornecida pelo artigo 461 do Código de Processo Civil Brasileiro), cuja concessão seja considerada essencial ao procedimento arbitral e a tutela de seus direitos. As partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar junto a uma autoridade judicial competente não é incompatível com a

escolha de uma corte de arbitragem, nem constituirá uma renúncia com relação à sua execução e/ou sujeição aos procedimentos de arbitragem.

E, por estarem justas e acordadas, firmam a presente Escritura em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2010.

(Assinaturas na próxima página)



(Página de assinaturas 1 de 1 da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., celebrada entre Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A. em 2 de julho de 2010)

Emissora:


CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.

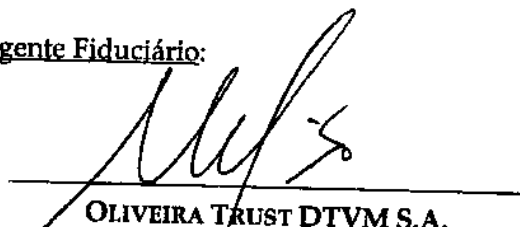
Por:

Por:

Cargo:

Cargo:

Agente Fiduciário:


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.


Por:

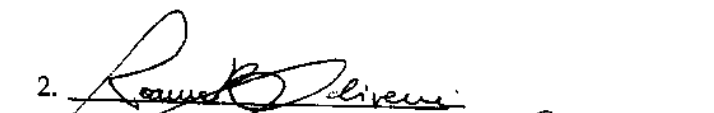
Por:


Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

1. 
Nome: Lucas Latini Cora
RG: 116 339 680

2. 
Nome: Joana Bastos de Oliveira
RG: 10883493-8

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO SA	
Nire: 33.3.0029179-2	
Protocolo: 23-2010/183926-0 - 07/07/2010	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM	20/07/2010, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.	
ED33000191-2/000	
DATA: 20/07/2010	
Valéria G.M. Serra SECRETÁRIA GERAL	

ANEXO 4.1.2

MODELO DE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF nº 11.114.284/0001-63

Companhia Fechada

Sede social: Rua do Riachuelo, 243, 3º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES DA 2ª EMISSÃO			
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS			
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO			
Segunda emissão, por Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A. ("Emissora"), de 40 (quarenta) debêntures com garantia real, não conversíveis em ações de sua emissão, para distribuição pública com esforços restritos, deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária de 4 de junho de 2010, perfazendo o montante global de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).			
QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR			
Denominação:		CNPJ:	
Endereço:			
Bairro:	Cidade:		U.F.:
CEP:	País:	Telefone:	
DEBÊNTURES SUBSCRITAS			
Espécie: com garantia real, não conversível em ações		Forma: nominativa	Série: única
Quantidade:	Valor Nominal Unitário (R\$):		
Valor Total Subscrito (R\$):			
CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO			
À vista, em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente de titularidade do Banco Mandatário junto à CETIP – Balcão Organizado de Ativos S.A.			

Declaro, para todos os fins, que estou ciente e de acordo com o inteiro teor (i) da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações da Emissora; (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Creditórios e Outras Avenças; (iii) do Contrato de Penhor Mercantil de Estoque; (iv) do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas e Outras Avenças; (v) do Contrato de Compartilhamento de Conta Vinculada e Outras Avenças; e (vi) do Contrato de Prestação de Serviços de Conta Controlada, todos relativos às Debêntures ora subscritas.

Rio de Janeiro, [dia] de [mês] de 2010.

Subscritor



ANEXO 4.11.6.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., devidamente representada por seu administrador, Sr. Fabio Soares de Miranda Carvalho, declara que:

1. Encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações assumidas e declarações prestadas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações ("Escritura").
2. Até o presente momento, não ocorreu o descumprimento de qualquer obrigação assumida na Escritura e nos Instrumentos de Garantia relativos às Debêntures.
3. Foram atendidos os indicadores financeiros de que trata o item 4.11 da Escritura, conforme valores constantes do quadro a seguir:

Indicadores	3ºT'10	4ºT'10	1ºT'11	2ºT'11	3ºT'11	4ºT'11	1ºT'12	2ºT'12	3ºT'12	4ºT'12	1ºT'13	2ºT'13
EBITDA *LTM												
Div. Financeira Liq												
EBITDA/Div. Financeira Liq												
EBIT *LTM												
Despesa Financeira Liq.												
EBIT/Desp. Financeira Liq.												
Liquidez Seca												
Vendas Brutas												
Margem EBITDA												
Estoque												
Dividendos												

Considerando-se:

"Ativo Circulante", os valores e bens realizáveis no curso do exercício social subsequente, ou seja, no curto prazo, como mostrado no balanço patrimonial da companhia;

"Despesas Financeiras Líquidas", o valor pago referente a encargo financeiro de Dívida Financeira Onerosa, tais como juros, mora, multas contratuais, subtraído de receita financeira oriunda de aplicação do caixa da companhia;

Dívida Financeira Líquida", a Dívida Financeira Onerosa reduzida pelo montante de caixa e equivalentes (somatório de aplicações financeiras de curto prazo da companhia); composto por "Empréstimos e Financiamentos" no "Passivo Circulante" e no "Passivo não Circulante" menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes e aplicações financeiras;

"Dívida Financeira Onerosa", os passivos contraídos junto a pessoas jurídicas e instituições financeiras que tenham custo financeiro embutido, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e

financiamentos com terceiros, fianças ou avais prestados a terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como valores a pagar a acionistas, excluindo o endividamento decorrente da recuperação judicial, operações de desconto de recebíveis realizados sem coobrigação da companhia ou operação que tenha o mesmo efeito, bem como prazos de pagamento concedidos por fornecedores;

"Dividendos", a parcela do lucro líquido apurado pela companhia que é distribuída aos acionistas por ocasião do encerramento do exercício social;

"EBIT", o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iii) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período;

"EBITDA", o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período;

"EBITDA dos últimos 12 (doze) meses", o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres;

"LIQUIDEZ SECA", a subtração do "Ativo Circulante" pelo "Valor de Estoque" dividido pelo "Passivo Circulante";

"Margem EBITDA", o percentual obtido com a divisão de Vendas Líquidas sobre EBITDA;

"Passivo Circulante", a soma de todas as obrigações da companhia cujo vencimento seja inferior a um ano, incluindo, mas não limitado, a contas com fornecedores, dívida de curto prazo, impostos a pagar, como mostrado no balanço patrimonial da companhia;

"Valor de Estoque", o valor contábil da rubrica 'estoque' na data de verificação do balanço patrimonial da companhia;

"Vendas Brutas", o faturamento total decorrente da atividade da companhia no período de um exercício social, como mostrado pela Demonstração do Resultado de Exercício; e

"Vendas líquidas", as Vendas Brutas subtraídas de devoluções, vendas canceladas, impostos e contribuições incidentes sobre vendas, como mostrado pela Demonstração do Resultado de Exercício.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de [●]


CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S.A.

